



2° Simulado

PC PB

Simulado PC-PB

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Delegado da PC-PB;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Delta-PC-PB-04-12>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | 71 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | 72 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | 73 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | 74 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | 75 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | 76 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | 77 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | 78 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | 79 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | 80 – A B C D E |

LINGUA PORTUGUESA

Felipe Luccas

TEXTO I

Clicando no Google a palavra “Educação” seguida da expressão “direito de todos”, encontrei 671 mil referências. Só de artigos acadêmicos a respeito, 5.120. “Educação inclusiva” dá 262 mil respostas. Experimente clicar agora “Educar-se é dever de cada um”: nenhum resultado. “Educar-se é dever de todos”: nenhum resultado. “Educar-se é dever do cidadão”: nenhum resultado.

Isso basta para explicar por que os estudantes brasileiros tiram sempre os últimos lugares nos testes internacionais. A ideia de que educar-se seja um dever jamais parece ter ocorrido às mentes iluminadas que orientam (ou desorientam) a formação (ou deformação) das mentes das nossas crianças.

Eis também a razão pela qual, quando meus filhos me perguntavam por que tinham de ir para a escola, eu só conseguia lhes responder que se não fizessem isso eu iria para a cadeia; que, portanto, deveriam submeter-se àquele ritual absurdo por amor ao seu velho pai. Jamais consegui encontrar outra justificativa. Também lhes recomendei que só se esforçassem o bastante para tirar as notas mínimas, sem perder mais tempo com aquela bobagem. Se quisessem adquirir cultura, que estudassem em casa, sob a minha orientação. Tenho oito filhos. Nenhum deles é inculto. Mas o mais erudito de todos, não por coincidência, é aquele que freqüentou escola por menos tempo.

A ideia de que a educação é um direito é uma das mais esquisitas que já passaram pela mente humana. É só a repetição obsessiva que lhe dá alguma credibilidade. Que é um direito, afinal? É uma obrigação que alguém tem para com você. Amputado da obrigação que impõe a um terceiro, o direito não tem substância nenhuma. É como dizer que as crianças têm direito à alimentação sem que ninguém tenha a obrigação de alimentá-las. A palavra “direito” é apenas um modo eufemístico de designar a obrigação dos outros.

Os outros, no caso, são as pessoas e instituições nominalmente incumbidas de “dar” educação aos brasileiros: professores, pedagogos, ministros, intelectuais e uma multidão de burocratas. Quando essas criaturas dizem que você tem direito à educação, estão apenas enunciando uma obrigação que incumbe a elas próprias. Por que, então, fazem disso uma campanha publicitária? Por que publicam anúncios que logicamente só devem ser lidos por elas mesmas? Será que até para se convencer das suas próprias obrigações elas têm de gastar dinheiro do governo? Ou são tão preguiçosas que precisam incitar a população para que as pressione a cumprir seu dever? Cada tostão gasto em campanhas desse tipo é um absurdo e um crime.

Mais ainda, a experiência universal dos educadores genuínos prova que o sujeito ativo do processo educacional é o estudante, não o professor, o diretor da escola ou toda a burocracia estatal reunida. Ninguém pode “dar” educação a ninguém. Educação é uma conquista pessoal, e só se obtém quando o impulso para ela é sincero, vem do fundo da alma e não de uma obrigação imposta de fora. Ninguém se educa contra a sua própria vontade, no mínimo porque estudar requer concentração, e pressão de fora é o contrário da concentração. O máximo que um estudante pode receber de fora são os meios e a oportunidade de educar-se. Mas isso não servirá para nada se ele não estiver motivado a buscar conhecimento. Gritar no ouvido dele que a educação é um direito seu só o impele a cobrar tudo dos outros – do Estado, da sociedade – e nada de si mesmo.

Se há uma coisa óbvia na cultura brasileira, é o desprezo pelo conhecimento e a concomitante veneração pelos títulos e diplomas que dão acesso aos bons empregos. Isso é uma constante que vem do tempo do Império e já foi abundantemente documentada na nossa literatura. Nessas condições, campanhas publicitárias que enfatizem a educação como um direito a ser cobrado e não como uma obrigação a ser cumprida pelo próprio destinatário da campanha têm um efeito corruptor quase tão grave quanto o do tráfico de drogas. Elas incitam as pessoas a esperar que o governo lhes dê a ferramenta mágica para subir na vida sem que isto implique, da parte delas, nenhum amor aos estudos, e sim apenas o desejo do diploma.

Olavo de Carvalho, Coluna no Jornal do Comércio

01. De acordo com as ideias e informações expostas no texto, assinale a alternativa correta.

- a) O autor lamenta o fato de o Estado não cumprir seu dever de dar educação às pessoas.
- b) O autor defende que a educação é uma aquisição voluntária e o dever de educar-se é indelegável e privativo de cada indivíduo, embora reconheça que o estudante possa receber de fonte externa meios e oportunidades para sua instrução.
- c) O autor acredita que as circunstâncias econômicas definem o direito à educação, sendo responsabilidade da sociedade corrigir distorções.
- d) O autor equipara o dano das campanhas publicitárias que veiculam a educação como um direito aos danos causados pelo tráfico de drogas.
- e) O autor sustenta a ideia de que o brasileiro cultua o conhecimento e, mais ainda, os diplomas que o tornem comprovável na busca por bons empregos.

02. Em “A palavra “direito” é apenas um modo eufemístico de designar a obrigação dos outros.” e “Mais ainda, a experiência universal dos educadores genuínos prova que o sujeito ativo do processo educacional é o estudante”, as palavras destacadas, de acordo com o contexto, poderiam ser adequadamente substituídas por:

- a) mitigado e sinceros
- b) irônico e francos
- c) suavizado e originários
- d) suavizado e verdadeiros
- e) reduzido e verdadeiros

03. Em “Clicando no Google a palavra “Educação” seguida da expressão “direito de todos”, encontrei 671 mil referências. Só de artigos acadêmicos a respeito, 5.120.”, as vírgulas foram utilizadas, respectivamente, para:

- a) Isolar oração adverbial intercalada e introduzir um aposto.
- b) Isolar oração adverbial intercalada e introduzir um vocativo.
- c) Marcar oração adverbial antecipada e separar orações coordenadas.
- d) Marcar uma oração adverbial antecipada e indicar a elipse de um verbo.
- e) Enumerar termos de mesma função sintática e indicar a elipse de um verbo

04. Considerando as diferentes funções que o vocábulo “se” pode exercer em um texto, assinale a alternativa em que esteja INCORRETA a classificação apresentada para os termos destacados.

- a) “A ideia de que educar-se seja um dever jamais parece ter ocorrido às mentes iluminadas [...]” – pronome reflexivo.
- b) “Educação é uma conquista pessoal, e só se obtém quando o impulso para ela é sincero [...]” – partícula apassivadora.
- c) “[...] deveriam submeter-se àquele ritual absurdo por amor ao seu velho pai [...]” – pronome reflexivo.
- d) “[...] eu só conseguia lhes responder que se não fizessem isso eu iria para a cadeia [...]” – conjunção condicional.
- e) “Será que até para se convencer das suas próprias obrigações” – partícula apassivadora.

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

05. Os navegadores de Internet possuem um recurso que tem a funcionalidade de guardar as informações que os sites Web armazenam em um arquivo texto criado no computador do usuário final. Eles armazenam preferências, informações de estado ou registros de navegação do usuário. Este recurso é denominado:

- a) cookies.
- b) histórico.
- c) favoritos.
- d) preferência.
- e) download.

06. Para usar o serviço de correio eletrônico no Brasil, é necessário que as pessoas tenham uma conta de e-mail, de acordo com regras preestabelecidas. Nesse contexto, uma conta de e-mail válida está indicada na seguinte alternativa:

- a) fp://sjb.rj.gov.br
- b) https:\\sjb.rj.gov.br/
- c) http://www.sjb.rj.gov.br/
- d) ouvidoria@sjb.rj.gov.br
- e) ouvidoria%sjb.rj.gov.br

07. A imagem a seguir ilustra uma planilha eletrônica do Microsoft Excel, em sua configuração padrão. Qual foi o objetivo do usuário ao inserir o símbolo \$ na função =B2*B\$1 digitada na célula C2?

	A	B	C
1	TAXA	5,13%	
2	Jan	5000	=B2*B\$1
3	Fev	3000	
4	Mar	1200	
5	Abr	4000	
6	Mai	6000	
7	Jun	4800	

- a) Indicar que a célula B1 possui formato de moeda.
- b) Tornar a referência para a célula B1 absoluta.
- c) Tornar a referência para a coluna B absoluta e para a linha 1 relativa.
- d) Tornar a referência para a coluna B relativa e para a linha 1 absoluta.
- e) Torna a referência imprecisa, retornando um erro de fórmula.

08. Para a criação de arquivos e pastas no Windows 10, configuração padrão em português, deverão ser seguidas algumas regras, dentre elas, considerar que

- a) o nome ou extensão de arquivo poderá conter elementos como & / : \$? " , entre outros.
- b) os termos COM5 e LPT2 podem ser utilizados normalmente em nomes de arquivos ou pastas.
- c) arquivos e pastas no Windows podem conter no máximo 128 caracteres.
- d) o limite de caracteres para um arquivo ou pasta inclui o caminho de endereço, o nome e a extensão.
- e) arquivos no Windows não pode conter os caracteres / : * ? , mas o nome do seu caminho pode incluí-los.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

09. Segundo o Código Civil de 2002, será anulável o negócio jurídico quando:

- a) Celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- b) O motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- c) Houver vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
- d) Tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- e) For preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.

10. Sobre o domicílio da pessoa natural e da pessoa jurídica, assinale a alternativa correta:

- a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência, independentemente do ânimo.
- b) O domicílio do Estado é toda a extensão de terras nacionais que compreendem a União.
- c) Muda-se o domicílio apenas com a transferência da residência.
- d) O domicílio das pessoas jurídicas de direito privado é o lugar onde funcionam as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.
- e) Têm domicílio necessário apenas o incapaz e o preso, uma vez que estão condicionados à residência específica, ou seja, o incapaz a de seus pais ou representantes legais e o preso, a instituição correccional em que se encontra.

11. Segundo o Código Civil de 2002, aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade por meio da usucapião

- a) Ordinária.
- b) Especial Rural.
- c) Extraordinária.
- d) Familiar.
- e) Especial Urbana.

12. Luciano, especialista em perícia criminal, foi contratado por Jonas para realizar a perícia de um acidente de trânsito em que este era réu. Após prestar os serviços, em razão do desgaste do processo, Luciano resolveu não cobrar de imediato seus honorários. Para que não tenha sua pretensão prescrita, o perito deverá efetuar a cobrança em no máximo:

- a) Um ano.
- b) Dois anos.
- c) Três anos.
- d) Quatro anos.
- e) Cinco anos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

13. Acerca dos cargos em comissão, sua criação e provimento, julgue os itens abaixo:

I - A criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais.

II - Faz-se desnecessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado.

III - O número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar.

IV - As atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir.

- a) Todos os itens estão corretos
- b) Apenas o item I e III estão corretos
- c) Os itens II e IV estão errados
- d) Apenas o item II está errado
- e) Apenas o item I está correto

14. Assinale a alternativa correta acerca da anulação e da revogação do ato administrativo:

- a) Ambas podem ser decretadas pelo Poder Judiciário como instrumento de controle da atividade administrativa.
- b) Ambas ocorrem no âmbito da discricionariedade administrativa.
- c) Ambas retroagem à data em que o ato for praticado.
- d) Ambas podem ser realizadas pela autoridade administrativa competente no exercício da autotutela administrativa.
- e) A revogação pode recair sobre atos ilegais

15. Julgue os itens abaixo:

I - Sem previsão constitucionalmente adequada e instituída por lei, não é legítima a cláusula de edital de concurso público que restrinja a participação de candidato pelo simples fato de responder a inquérito ou ação penal.

II - Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

III - O Estado responde diretamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado (art. 37, § 6º, da CRFB/88), quando os exames são cancelados por indícios de fraude.

IV - Os servidores temporários fazem jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional.

- a) Todos os itens estão corretos
- b) Apenas os itens I e II estão incorretos
- c) Os itens III e IV estão incorretos
- d) O item I está errado.
- e) Apenas o item IV está correto

16. Sobre as agências reguladoras, marque a assertiva incorreta:

- a) Os cargos de dirigentes de agências reguladoras são cargos em comissão, mas não são de livre exoneração.
- b) o ex-dirigente fica impedido para o exercício de atividades ou de prestar qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência, por um período de seis meses, contados da exoneração ou do término do seu mandato.
- c) A teoria da captura consiste em uma falha de governo, pela qual há a quebra da independência e da autonomia das agências reguladoras, de modo que passam a favorecer os entes regulados, que são economicamente mais fortes.
- d) O poder regulatório conferido às agências reguladoras não confere a elas a possibilidade de aplicar sanções.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Rogério Cunha

17. Sobre a legislação tributária, denúncia espontânea, obrigação tributária e responsabilidade tributária assinale a opção correta:

- a) O benefício da denúncia espontânea se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mesmo que pagos a destempo.
- b) O emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- c) Inexiste óbices à penhora, em face de dívidas tributárias da matriz, de valores depositados em nome das filiais.
- d) A definição legal do fato gerador é interpretada considerando-se os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos
- e) Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, bem como para definição dos respectivos efeitos tributários

18. São características da competência tributária, salvo:

- a) Facultatividade;
- b) Imprescritibilidade;
- c) Irrenunciabilidade;
- d) Indelegabilidade;
- e) referibilidade.

19. Sobre o sistema tributário nacional assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- b) As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- c) Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais.
- d) Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.
- e) A pessoa natural destinatária das operações de importação não poderá ser equiparada a pessoa jurídica.

20. Julgue os itens abaixo à luz do que dispõe o Código Tributário Nacional.

I- A certidão positiva que indique a existência de um crédito tributário já vencido, mas submetido a parcelamento, tem os mesmos efeitos de uma certidão negativa.

II- As informações relativas às inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública são sigilosas, sendo vedada a sua divulgação ou publicização.

III- Apenas pessoas jurídicas de direito público podem figurar como sujeitos ativos de obrigações tributárias.

IV- Os pais não podem ser responsabilizados pelos tributos devidos por seus filhos menores.

Estão corretas

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I e IV.
- d) II e III.
- e) III e IV.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. A respeito do processo legislativo constitucional, indique a alternativa INCORRETA.

- a) No processo legislativo das emendas à Constituição Federal, diferente do que ocorre no processo legislativo ordinário, não há sanção e nem veto. A única participação do Presidente da República e na iniciativa.
- b) É vedada a edição de medida provisória a respeito de direito penal incriminador e de direito processual penal.
- c) A irrepetibilidade é princípio do processo legislativo, de modo que a matéria que constou de uma proposição rejeitada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa. A irrepetibilidade, diferente do que se dá no processo legislativo das leis, é absoluta no processo legislativo das emendas à Constituição Federal e no das medidas provisórias.

d) Por decreto legislativo, poderá o Congresso Nacional delegar ao Presidente da República a competência para criação de leis delegadas.

e) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros. Esse quórum não se aplica às emendas à Constituição Federal e nem às leis complementares.

22. A ideia de que o fundamento da Constituição não está em uma norma jurídica precedente e nem em si mesma, mas na vontade política que a antecede retrata o sentido

- a) sociológico de Constituição.
- b) político de constituição.
- c) normativo de Constituição.
- d) ontológico de Constituição.
- e) cultural de Constituição.

23. O Presidente da República enviou ao Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição (PEC), para reestruturar a Ordem Tributária. Ocorre que a proposta, na opinião de juristas, viola princípios federativos e garantias individuais. A respeito do fato narrado, para combater as supostas inconstitucionalidades contidas na referida PEC, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, admite-se

- a) ação direta de inconstitucionalidade, desde que observados os requisitos contidos na Lei 9.868/1999.
- b) arguição de descumprimento de preceito fundamental, cumpridas as exigências processuais da Lei 9.882/1999.
- c) ação civil pública, desde que proposta por parlamentar e observados os pressupostos da Lei 7.347/1985.
- d) mandado de segurança, desde que impetrado por parlamentar da Casa em que tramita a proposta e atendidas as exigências da Lei 12.016/2009.
- e) mandado de injunção, impetrado por qualquer prejudicado pelo descumprimento da norma constitucional.

24. Lei do estado da Paraíba estabeleceu que, durante a vigência de carência contratual, as operadoras de planos de saúde no âmbito do ente federativo não poderão recusar atendimento ou prestação de qualquer serviço aos seus usuários que estejam com quadro clínico ainda não diagnosticado ou com diagnóstico positivo de contaminação pela COVID-19. A respeito do caso narrado, conforme se depreende do texto da Constituição Federal e segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a única alternativa incorreta.

- a) A lei estadual é inconstitucional, uma vez que a competência para legislar sobre Direito Civil, Comercial e Política de Seguros é privativa da União.
- b) O Legislativo estadual não pode, sem delegação de competência da União, inovar sobre a imposição de períodos de carências pelas operadoras de planos de saúde.
- c) A lei estadual é constitucional, porque dispõe sobre proteção ao consumidor e sobre saúde, assuntos que são da competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal.
- d) A lei da Paraíba apresenta uma inconstitucionalidade orgânica que pode ser combatida por meio da ação direta de inconstitucionalidade.
- e) A lei estadual interferiu em matéria contratual firmada entre operadoras e usuários, causando prejuízo financeiro, o que gera a sua inconstitucionalidade.

25. Conforme o sistema de governo adotado pelo Estado, o Poder Executivo será exercido por um órgão pluripessoal ou por órgão unipessoal. A respeito desse assunto, indique a assertiva correta.

- a) No sistema presidencialista de governo, o Presidente da República apenas exerce a função de Chefe de Governo.
- b) Cabe ao chefe de Governo representar o Estado nas suas relações internacionais.
- c) Cabe ao Chefe de Estado exercer a liderança política nacional e gerir a máquina administrativa.
- d) No sistema parlamentarista de governo, diferentemente do que se aplica ao modelo presidencialista, o Poder Executivo é chefiado por uma só pessoa, que acumula as atribuições de chefe de Estado e de Chefe de Governo.
- e) No Brasil, o Presidente da República acumula as funções de Chefe de Estado, Chefe de Governo e Chefe da Administração Pública Federal.

26. A respeito do Poder Legislativo, indique a alternativa correta.

- a) A instauração de processo criminal contra Deputados e Senadores depende de prévia autorização legislativa, por decisão da maioria absoluta dos membros da respectiva Casa do Congresso Nacional.
- b) A criação de CPI depende de requerimento de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara ou do Senado, em conjunto ou separadamente.
- c) Compete ao Congresso Nacional processar e julgar o Procurador-Geral da República por crime de responsabilidade.
- d) Em regra, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas Comissões são tomadas por maioria absoluta de seus membros.
- e) As Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, diferentemente do que se aplica às Comissões Parlamentares de Inquérito, não podem convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto determinado.

27. O Presidente da República, em razão da pandemia causada pelo novo Coronavírus, apresentou uma proposta de emenda à Constituição Federal para retirar a autonomia dos municípios. A proposta foi aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, tendo atingido em cada turno em cada Casa o quórum de três quintos do total de membros. Em seguida, a proposta seguiu para a promulgação. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que a referida emenda é

- a) inconstitucional, uma vez que proposta sobre o assunto só poderia ser apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas, cada uma representada pela sua maioria relativa.
- b) constitucional, tendo sido cumprido o devido processo legislativo.
- c) inconstitucional, porque proposta de emenda não pode ser votada durante estado de calamidade pública.
- d) inconstitucional, pois o quórum necessário para aprovar emendas à Constituição Federal é o de dois terços do total de membros de cada Casa do Congresso Nacional.
- e) inconstitucional, porque a proposta fere a autonomia municipal, princípio federativo amparado por cláusula pétrea.

28. A respeito da Ordem Social, indique a única alternativa incorreta.

- a) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. As Universidades devem obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- b) É dever do Estado, dentre outros relativos à educação, ofertar ensino noturno regular, adequado às condições do educando.
- c) O Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais. Dessa sorte, é dever do Estado proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.
- d) Os Estados e o Distrito Federal devem destinar parte de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
- e) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

29. O Governo do Paraguai ajuizou ação contra decisões judiciais que beneficiaram o Município de Foz do Iguaçu, no Paraná, quanto à cobrança de impostos de empresas prestadoras de serviço à usina de Itaipú. A respeito do caso narrado, considerando o disposto na Constituição Federal, indique a alternativa que contém o órgão competente para processar e julgar, originariamente, a referida ação judicial que tem como partes um Estado estrangeiro e um município brasileiro.

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Juiz Federal.
- d) Tribunal Regional Federal.
- e) Tribunal de Justiça do Paraná.

30. Acerca da organização constitucional do Poder Executivo, marque a alternativa incorreta:

- a) Nos Municípios com menos de duzentos mil eleitores, há turno único para eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito.
- b) Os subsídios dos chefes do Executivo federal, estadual e municipal serão fixados pelo Poder Legislativo do respectivo ente federativo, mediante decreto legislativo.
- c) Na eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, se antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.
- d) No Executivo, a eleição é majoritária, de maneira que serão considerados eleitos aqueles candidatos que, registrados por partido político, obtiverem a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.
- e) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos dois primeiros anos do mandato, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga. Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

DIREITO PENAL

Iva Martins

31. Gabriel, 25 anos, desferiu, de maneira imotivada, diversos golpes de madeira na cabeça de Fábio, seu irmão mais novo. Após ser denunciado pelo crime de lesão corporal gravíssima, foi realizado exame de insanidade mental, constatando-se que, no momento da agressão, Gabriel, em razão de desenvolvimento mental incompleto, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato. Diante da conclusão do laudo pericial, deverá ser reconhecida a:

- a) imputabilidade do agente, afastando-se a culpabilidade;
- b) semi-imputabilidade do agente, afastando-se a culpabilidade;
- c) imputabilidade do agente, afastando-se a tipicidade;
- d) semi-imputabilidade do agente, que poderá funcionar como causa de redução de pena;
- e) semi-imputabilidade do agente, afastando-se a tipicidade.

32. Carla, sob influência do estado puerperal, desejando matar seu filho Guilherme, recém-nascido que estava em uma incubadora no hospital onde acabara de nascer, levanta de sua cama e vai até o berçário, local onde seu filho se encontrava. Lá chegando, Carla pega sua arma de fogo, aponta na direção da incubadora de seu filho e, no momento do disparo, devido ao tranco da arma, acerta a incubadora ao lado da do seu filho, matando Joaquim, filho de Paula, outra paciente do hospital. Diante do caso narrado é correto afirmar que Carla responderá pelo crime de

- a) infanticídio por erro sobre a pessoa, nos termos do Art. 20, § 3º, do Código Penal.
- b) homicídio, uma vez que só poderia haver infanticídio se tivesse acertado o próprio filho.
- c) infanticídio por erro na execução, nos termos do Art. 73 do Código Penal.
- d) infanticídio em razão da incidência do Art. 74 do Código Penal, que trata do resultado diverso do pretendido.
- e) homicídio em razão do erro na execução, nos termos do Art. 73 do Código Penal.

33. No dia 01/03/2014, Vitor, 60 anos, desferiu um golpe de faca no peito de sua namorada Clara, 65 anos, que foi a causa eficiente de sua morte, pois descobrira que a vítima mantinha uma relação extraconjugal com o vizinho. Foi instaurado inquérito policial para apurar o evento, entrando em vigor, no curso das investigações, a Lei nº 13.104/2015, passando a prever a qualificadora do feminicídio. As investigações somente foram concluídas em 25/01/2021. Considerando apenas as informações expostas, a autoridade policial deverá indiciar Vitor pela prática do crime de homicídio:

- a) com causa de aumento de pena, sem a qualificadora pela condição de mulher da vítima;
- b) sem qualquer causa de aumento de pena e sem a qualificadora pela condição de mulher da vítima;
- c) com a qualificadora pela condição de mulher da vítima, bem como causa de aumento de pena;
- d) com a qualificadora pela condição de mulher da vítima, sem qualquer causa de aumento de pena;
- e) com a qualificadora pela condição de mulher da vítima, além de causa de diminuição de pena pelo relevante valor moral;

34. Antônio, 19 anos de idade, filho de José, agrediu reiteradas vezes Pedro, marido de seu pai. O agressor residia com o casal, na casa de seu genitor. Chegando o processo ao Judiciário, o juiz impôs medida protetiva em favor do casal, José e Pedro, determinando que o agressor se afastasse de ambos, proibindo-o de manter contato ou se aproximar das vítimas. Houve descumprimento da medida por parte do agressor, com ingresso na casa paterna, mas com consentimento de José, e nova agressão a Pedro, que chamou força policial, sendo Antônio levado à delegacia policial. Nesse caso, as figuras típicas em análise são:

- a) lesão corporal (Art. 129, caput, do CP);
- b) lesão corporal (Art. 129, caput, do CP), invasão de domicílio (Art. 150, caput, do CP) e descumprimento de medida protetiva (Art. 24-A, caput, da Lei nº 11.340/2006);
- c) violência doméstica (Art. 129, § 9º, do CP);
- d) violência doméstica (Art. 129, § 9º, do CP) e descumprimento de medida protetiva (Art. 24-A, caput, da Lei nº 11.340/2006);

e) violência doméstica (Art. 129, § 9º, do CP), invasão de domicílio (Art. 150, caput, do CP) e descumprimento de medida protetiva (Art. 24-A, caput, da Lei nº 11.340/2006).

35. João subtraiu um celular de Maria, no dia 24/12/2019, mediante grave ameaça consistente na promessa de ofender sua integridade corporal, exercida com o emprego de uma faca de 22 cm de lâmina. A ação foi percebida por guardas municipais, em patrulhamento, que detiveram João de imediato, ainda com a faca na mão e com o celular subtraído. A tipicidade adequada dessa conduta é:

- a) roubo simples tentado;
- b) roubo simples consumado;
- c) roubo qualificado pelo emprego de arma;
- d) roubo qualificado pelo emprego de arma branca, tentado;
- e) roubo qualificado pelo emprego de arma branca, consumado.

36. Em relação à aplicação da lei penal é CORRETO afirmar que:

- a) ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes cometidos contra a vida ou o patrimônio do Presidente da República;
- b) ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados por brasileiro; mesmo que o fato não seja punível também no país em que foi praticado;
- c) ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público;
- d) para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza privada onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras mercantes, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar;
- e) é aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou em alto-mar.

37. JOÃO e JOSÉ estão na praia e resolveram entrar no mar. Em determinado momento eles começam a se afogar. Havia naquele local um salva-vidas que, ao avistar apenas JOÃO, notou que ele era seu desafeto e se recusou a salvá-lo; próximo a eles havia também um surfista, este avistou apenas JOSÉ pedindo socorro, mas, por ser seu inimigo, não atendeu aos pedidos dele, resolvendo sair do local. As duas pessoas acabam se afogando e morrendo. Em relação ao caso, qual das alternativas abaixo está CORRETA?

- a) O salva-vidas responde por homicídio doloso por omissão.
- b) O salva-vidas responde por omissão de socorro.
- c) O surfista responde por homicídio doloso por omissão.
- d) A conduta do surfista é atípica.
- e) O surfista responde por homicídio culposo.

38. Com relação ao iter criminis, é CORRETO afirmar:

- a) No crime falho ou na tentativa imperfeita, o processo de execução é integralmente realizado pelo agente e o resultado é atingido.
- b) Não existe desistência voluntária no caso de agente que desiste de prosseguir com os atos de execução por conselho de seu advogado, já que ausente a voluntariedade.
- c) Com relação à tentativa, o Código Penal adota, como regra, a teoria objetiva e aplica ao agente a pena correspondente ao crime consumado, reduzida de um a dois terços, conforme maior ou menor tenha sido a proximidade do resultado almejado.
- d) O arrependimento posterior tem natureza jurídica de causa de exclusão da tipicidade, desde que restituída a coisa ou reparado o dano nos crimes praticados sem violência ou grave ameaça até o recebimento da denúncia ou queixa.
- e) é perfeitamente admissível a tentativa em crime culposos.

39. “Com efeito, é sabido que a prescrição é um instituto vocacionado a realizar a estabilização das situações jurídicas em razão do decurso do tempo, com a finalidade de proporcionar a paz social mediante a promoção da segurança jurídica, sendo certo que, embora possua um fundamento comum, suas características diferem em cada ramo do Direito em que se faça presente.” No Código Penal brasileiro, verifica-se que a prescrição, (STJ, RMS 043771, DJe 03/05/2018, Rel. Min. Assusete Magalhães)

- a) no caso de concurso de crimes, incidirá sobre o somatório das respectivas penas.
- b) no caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, é regulada pelo tempo que resta da pena.
- c) no caso de pena de multa, ocorrerá em três anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada.
- d) quando o criminoso era, na data da sentença, maior de sessenta anos, tem seu prazo reduzido pela metade.
- e) antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr, nos crimes permanentes, a partir do dia em que se iniciou a permanência.

40. Sobre os crimes contra a honra, previstos no Código Penal, tem-se o seguinte:

- a) Não constitui calúnia, difamação ou injúria punível a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador.
- b) O querelado que, antes da sentença, se retrata cabalmente da calúnia, difamação ou injúria, fica isento de pena.
- c) As penas aos crimes de calúnia, difamação ou injúria aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência.
- d) Se, de referências, alusões ou frases, se infere calúnia, difamação ou injúria, quem se julga ofendido pode pedir explicações em juízo.
- e) Nos crimes de calúnia, difamação ou injúria, admite-se a exceção da verdade

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

41. A respeito da legitimidade no processo penal, indique a alternativa correta:

- a) O Ministério Público não possui legitimidade para oferecer denúncia em ações penais decorrentes de crimes contra a dignidade sexual sem a representação do ofendido.
- b) O servidor público, ao ser atingido em sua honra, em razão do exercício de suas funções, poderá optar pelo oferecimento de queixa-crime ou representação na ação pública.
- c) Após o esgotamento do prazo legal para oferecimento da denúncia, a legitimidade para propôr a ação penal passa a ser exclusiva do ofendido mediante queixa-crime subsidiária.
- d) Em delitos envolvendo a violência doméstica e familiar contra a mulher, a ação penal será sempre iniciada pelo Ministério Público.
- e) O não oferecimento de queixa-crime subsidiária pelo ofendido no prazo legal de 6 meses, após a perda do prazo do Parquet, gera a extinção da punibilidade do agente pela decadência.

42. A prisão de um agente em flagrante no momento da prática da infração, após esperar por cerca de 3 horas no carro em decorrência de informação privilegiada dada na manhã do mesmo dia por meio de notícia criminis inqualificada, teremos:

- a) Flagrante impróprio e, portanto, válido e necessário.
- b) Flagrante presumido e, portanto, ilegal.
- c) Flagrante esperado e, portanto, ilegal.
- d) Flagrante preparado e, portanto, lícito.
- e) Flagrante esperado e, portanto, válido.

43. Em matéria de competência, para aplicar novatio legis in mellius, após o trânsito em julgado da decisão penal condenatória, deverá ser:

- a) impetrado recurso de habeas corpus (RHC), de plano, ao órgão jurisdicional responsável pela condenação original.
- b) feito pedido específico ao órgão jurisdicional responsável pela condenação original.

c) feito simples requerimento ao Juiz da Vara das Execuções Penais.

d) impetrada ação de revisão criminal com cópia do Diário Oficial da União com o teor e a data da novatio legis.

e) não há o que fazer após o trânsito em julgado da decisão condenatória pois faz coisa julgada material.

44. Após ser acusada de apropriação indébita perante a autoridade policial e instaurado o inquérito policial respectivo, o juiz do processo instaurado posteriormente decide, de ofício, suspender a ação penal ao tomar ciência da existência de ação civil discutindo a titularidade do bem. Estamos diante de qual instituto processual penal:

- a) Conexão.
- b) Perempção.
- c) Exceção de litispendência.
- d) Incidente de titularidade.
- e) Questão prejudicial facultativa.

45. Argüida, por escrito, a falsidade de documento constante dos autos, o juiz observará o seguinte processo:

- a) Aferirá a legitimidade da assinatura do requerimento do incidente de falsidade.
- b) mandará autuar em apartado a impugnação, e em seguida ouvirá a parte contrária, que, no prazo de 48 horas, oferecerá resposta.
- c) assinará o prazo de três dias, sucessivamente, a cada uma das partes, para prova de suas alegações.
- d) conclusos os autos, poderá ordenar as diligências que entender necessárias.
- e) se reconhecida a falsidade por decisão irrecorrível, mandará desentranhar o documento e remetê-lo, com os autos do processo incidente, ao Ministério Público.

46. A respeito das perícias no processo penal, aponte a alternativa correta:

- a) Por respeito à intimidade e vida privada, o exame de corpo de delito somente poderá ser feito em dias úteis.
- b) Serão facultadas ao Ministério Público, mas não ao assistente de acusação, a formulação de quesitos.
- c) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a absolvição por falta de materialidade será impositiva.
- d) Tratando-se de perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, poder-se-á designar a atuação de mais de um perito oficial, e a parte indicar mais de um assistente técnico.
- e) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por dois peritos oficiais.

47. A respeito do acordo de não persecução penal (ANPP), indique a única alternativa integralmente correta:

- a) Cabe ao Ministério Público decidir se requer o arquivamento ou propõe o ANPP.
- b) A reparação do dano ou a restituição da coisa subtraída ou apreendida representam condição *sine qua non* para a formalização da proposta de ANPP.
- c) Após a formalização do ANPP entre acusação e defesa, com manifestação expressa e assinaturas, o juiz competente não terá autorização legal para a não homologação.
- d) A transação penal pretérita em outra persecução penal pode, a depender do tempo de homologação, interferir na apresentação da proposta de ANPP de infração penal posterior.
- e) Descumpridas quaisquer das condições estipuladas no acordo de não persecução penal, o Ministério Público deverá comunicar ao juízo, para fins de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.

48. Será suspeito o juiz que:

- a) tiver aconselhado qualquer das partes.
- b) tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.
- c) houver desempenhado função de defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito ou servido como testemunha.
- d) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- e) for diretamente interessado no feito.

49. A respeito do tema - Provas no processo penal - aponte a alternativa correta:

- a) O juiz formará seu convencimento pela íntima convicção, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- b) Somente quanto ao estado das pessoas serão observadas as restrições estabelecidas na lei civil.
- c) O ônus da prova no processo penal é da acusação, por força do direito ao silêncio e à presunção de inocência.
- d) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais. As ilegítimas, que violam regras legais, somente serão desentranhadas após análise de conveniência pelo magistrado.
- e) A regra da troca obrigatória do juiz que declarar a prova inadmissível está vigente e eficaz.

50. Aponte a única alternativa correta com relação ao conteúdo das súmulas vinculantes:

- a) A única fonte formal que regulamenta o uso de algemas está na Súmula Vinculante n. 11.
- b) O acesso dos advogados aos autos do inquérito é ilimitado, desde que possua procuração.
- c) A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.
- d) Não se tipifica crime contra a ordem tributária antes do lançamento definitivo do tributo.
- e) A falta de estabelecimento penal adequado autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso se for aplicado o princípio da reserva do possível.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Fernando Bezerra

51. Sobre a conduta prevista no art. 35 da Lei de Drogas, analise as assertivas a seguir.

- I. É necessária a estabilidade do vínculo entre duas ou mais pessoas;
- II. Para a configuração do crime, é necessário que os associados sejam imputáveis;
- III. Exige três ou mais pessoas numa estrutura ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas.

Assinale a sequência correta.

- a) V, F, F.
- b) V, F, V.
- c) F, F, V.
- d) V, V, V.
- e) F, F, F.

52. Em relação a Lei de Tortura (Lei 9.455/97), analise as afirmativas a seguir.

- 1. Todas as modalidades do crime de tortura exigem finalidade especial de agir.
- 2. A tortura-prova exige uma relação de guarda, poder ou autoridade entre o sujeito ativo e o sujeito passivo.

3. É majorante do crime de tortura ser praticado mediante sequestro, apresentando aumento a pena de 1/6 (um sexto) até 1/3 (um terço).

4. O crime de tortura é inafiançável, insuscetível de graça ou anistia e imprescritível.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as alternativas 1 e 3 são verdadeiras.
- b) Somente as alternativas 1 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente a alternativa 3 é verdadeira.
- d) Somente as alternativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- e) Todas as alternativas são verdadeiras.

53. Em relação a Lei de Drogas (Lei 11.343/06), assinale a assertiva correta.

a) Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido, dentre outras, a pena de prestação pecuniária.

b) Ao indivíduo condenado pela infração penal prevista no art. 28, deverá a autoridade judicial aplicar isoladamente, as penas de advertência sobre os efeitos das drogas; prestação de serviços à comunidade ou medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

c) A internação involuntária de indivíduos dependentes de drogas poderá ser requerida a pedido de servidor público da área de saúde, desde que na absoluta falta de familiar ou responsável legal.

d) Aquele que oferecer droga a pessoa de seu relacionamento, eventualmente e sem objetivo de lucro, para juntos consumirem, ficará sujeito às mesmas penas imputadas àquele que adquirir, guardar, tiver em depósito e transportar drogas para consumo próprio.

e) A internação involuntária perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, tendo seu término determinado pelo médico responsável;

54. Com relação a interceptação telefônica, escuta e gravação, julgue os itens abaixo.

I – A interceptação telefônica e a gravação telefônica necessitam de autorização judicial para que possam ser realizadas.

II – O Juiz poderá, de ofício, determinar a interceptação das comunicações telefônicas.

III - Em processo que apure a suposta prática de crime sexual contra adolescente absolutamente incapaz, é admissível a utilização de prova extraída de gravação telefônica efetivada a pedido da genitora da vítima, em seu terminal telefônico, mesmo que solicitado auxílio técnico de detetive particular para a captação das conversas.

Assinale a afirmativa correta.

- a) I, II e III.
- b) I.
- c) II e III.
- d) II.
- e) I e II.

55. De acordo com a Lei 9.455/97, assinale a alternativa correta:

- a) Constituem modalidades qualificadas do crime de tortura quando a conduta resulta lesão corporal grave ou gravíssima, morte ou ainda se praticado mediante sequestro;
- b) É causa de aumento de pena do crime de tortura quando o comportamento é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou pessoa com 60 (sessenta) anos de idade;
- c) O crime de tortura é inafiançável, insuscetível de graça e anistia e ainda imprescritível;
- d) Se o crime de tortura for perpetrado por agente público, essa circunstância não implicará qualquer repercussão na pena uma vez que se trata de condição elementar da figura típica;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

56. Assinale a alternativa correta:

- a) A extorsão é classificada como crime hediondo em todas as suas modalidades;
- b) A extorsão mediante sequestro apresenta-se como crime hediondo tão somente quando qualificada pelo resultado morte;
- c) A extorsão é considerada hedionda tão somente quando qualificada pelo resultado morte;
- d) A extorsão é considerada hedionda, dentre outras hipóteses, quando qualificada pela restrição da liberdade da vítima;
- e) A conduta coloquialmente conhecida como “sequestro relâmpago” é modalidade do crime de extorsão mediante sequestro prevista no art. 159, §3º do Código Penal.

57. Sobre o tipo penal constante no art. 31 da Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869/19), referente à conduta de procrastinar procedimentos investigatórios e fiscalizatórios, julgue os itens a seguir:

1. Exige uma finalidade específica de agir;
2. O sujeito ativo é a autoridade ou agente responsável pela condução de procedimentos investigatórios;
3. Possui conduta omissiva e comissiva;
4. É um tipo penal de dupla subjetividade passiva.

Assinale a assertiva correta:

- a) Somente os itens 1, 2 e 4 são verdadeiros.
- b) Somente os itens 1 e 2 são verdadeiros.
- c) Somente os itens 3 e 4 são verdadeiros.
- d) Somente os itens 2 e 3 são verdadeiros.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

58. Sobre a Lei 10.826/03, julgue os itens a seguir.

I – O parágrafo segundo do art. 16 da Lei 10.826/03, por ter aumentado a pena, é uma nova lei mais severa e isso vai provocar consequências em termos do princípio da irretroatividade da lei penal mais grave.

II - O art. 16 abrange as armas de fogo, acessórios e munições de uso restrito ou proibido independente se em circunstâncias de posse ou de porte.

III – É possível que o tipo penal constante do art. 16, § 1º tenha por objeto material artefatos de uso permitido.

Assinale a sequência correta:

- a) F, V, V.
- b) F, V, F.
- c) F, F, V.
- d) V, V, V.
- e) F, F, F.

59. Em relação ao instituto da saída temporária, previsto na Lei de Execução Penal, julgue os itens subsequentes.

1. É o direito de deixar o estabelecimento penal por um período curto de tempo, sendo fiscalizado através de escolta.

2. Não poderá ultrapassar 07 dias.

3. Sua concessão exige apenas que o interno contemple os seguintes requisitos: bom comportamento e cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente.

4. A autorização será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária.

Assinale a afirmativa correta:

- a) Somente os itens 2, 3 e 4 estão corretos.
- b) Somente os itens 1, 2 e 3 estão corretos.
- c) Somente os itens 3 e 4 estão corretos.
- d) Somente os itens 2 e 4 estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

60. Com base na lições doutrinárias, no posicionamento dos tribunais superiores e no texto legal de regência do crime de lavagem de dinheiro no Brasil, assinale a alternativa correta:

a) O crime de lavagem de dinheiro pode ser classificado como delito autônomo e o oferecimento de denúncia dependerá de demonstração da existência de crime antecedente;

b) Segundo os tribunais superiores, a ação penal pelo crime de lavagem de dinheiro deve vir instruída com a certidão do trânsito em julgado do processo que apura a infração penal antecedente;

c) Qualquer infração penal pode figurar como conduta antecedente apta a configuração da lavagem de dinheiro, sendo imprescindível a configuração obrigatória da condenação como subsídio da denúncia;

d) O próprio crime de lavagem pode figurar como infração penal antecedente, mas será essencial neste caso que restem revelados indícios suficientes da perpetração de alguma outra infração penal diversa da qual tenha derivado a primeira conduta de dissimulação da origem ilícita de recursos;

e) A extinção de punibilidade das infrações penais antecedentes influencia na atipicidade do comportamento perpetrado no empreendimento da lavagem de dinheiro.

MEDICINA LEGAL

Paulo Bylinskyj

61. Em um caso de violência doméstica, no laudo pericial da vítima, foram apontadas diversas equimoses pelos braços, pernas e costas. Algumas apresentavam coloração violácea e outras esverdeadas. Com base nas informações destacadas e tendo como base o "Espectro equimótico de Legrand du Saulle", assinale a alternativa correta.

- a) Pode-se afirmar que as lesões foram produzidas no mesmo dia.
- b) As lesões de coloração violácea foram produzidas há pelo menos 4 dias da data da perícia.
- c) As lesões de coloração esverdeada foram produzidas há mais de 10 dias da data da perícia.
- d) As lesões violáceas podem ter sido produzidas entre o 2º e o 3º dia que antecederam a perícia.
- e) As lesões esverdeadas foram produzidas entre o 5º e o 6º dia que antecederam a perícia.

62. Um cadáver foi encontrado com uma lesão perfuro-contundente produzida por disparo de arma de fogo. No orifício de entrada, havia uma ferida escura pelo arrancamento da pele, a característica mencionada é chamada de:

- a) Sinal de Benassi.
- b) Anel de Fisch.
- c) Sinal de Puppe-Werkgaertner.
- d) Câmara de Mina de Hoffman.
- e) Tronco de Cone de Bonnet.

63. O enforcamento, o estrangulamento e a esganadura são modalidades de constrição do pescoço. Com base nas características de cada uma assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Através da análise das características do sulco formado no pescoço da vítima é possível distinguir se houve enforcamento ou estrangulamento.
- b) Só há enforcamento quando a força atuante é o peso do corpo da vítima.
- c) A esganadura ocorre por parte do corpo que atua de forma similar a um laço (mãos, chave de braço, golpes de jiu jitsu).

d) É extremamente difícil que ocorra esganadura em virtude de suicídio.

e) No enforcamento, a vítima deve estar completamente suspensa, caso contrário pode-se suspeitar de uma simulação.

64. Com base na sequência a seguir, aponte a sequência correta das figuras fundamentais na identificação dactiloscópica de Vucetich: **I - 3441**

- a) No polegar, há uma presilha externa; no indicador, há um verticilo; no dedo médio e no anelar há um arco e, no dedo mínimo, há uma presilha interna.
- b) No polegar, há uma presilha interna; no indicador, há uma presilha externa; no dedo médio e no anelar há um verticilo e, no dedo mínimo há um arco.
- c) No polegar, há uma presilha interna; no indicador, há uma presilha interna; no dedo médio e no anelar há um arco e, no dedo mínimo há um verticilo.
- d) No polegar, há um verticilo; no indicador, há uma presilha externa; no dedo médio e no anelar há um verticilo e, no dedo mínimo, há uma presilha interna.
- e) No polegar, há uma presilha externa; no indicador, há uma presilha interna; no dedo médio e no anelar há um verticilo e, no dedo mínimo, há um arco.

65. Assinale a alternativa aponte corretamente o fenômeno descrito, bem como o tempo no qual atinge seu ápice.

Trata-se de fenômeno abiótico consecutivo de natureza físico-química, devido à ação de produtos catabólicos do metabolismo, correspondente a uma situação de vida residual do tecido muscular.

- a) Espasmo cadavérico - 8 horas após o óbito.
- b) Rigor mortis - 36 horas após o óbito.
- c) Livor mortis - 12 horas após o óbito.
- d) Rigor mortis - 8 horas após o óbito.
- e) Algor mortis - 12 horas após o óbito.

66. Dentre os sinais abaixo, qual pode ser encontrado nas mortes decorrentes de queimadura?

- a) Câmara de Mina de Hoffman.
- b) Sinal de Benassi.
- c) Funil de Bonnet.
- d) Sinal de Puppe-Werkgaertner.
- e) Sinal de Montalti.

67. Dentre as lesões contusas, a infiltração hemorrágica nas malhas do tecido de sangue extravasado de pequenos vasos que se romperam é chamada de:

- a) tumefação.
- b) equimose.
- c) hematoma.
- d) sufusão.
- e) bossa.

68. As drogas psicoanalépticas, ao contrário das drogas psicolépticas, são substâncias que estimulam o sistema nervoso central, aumentando a vigília, causando insônia. Temos como exemplos de drogas psicoanalépticas, EXCETO:

- a) Cocaína.
- b) Maconha.
- c) Crack.
- d) Merla.
- e) Freebasing.

69. Podem ser características dos tiros à longa distância, **exceto**:

- a) orla de escoriação.
- b) orla de enxugo.
- c) zona de tatuagem.
- d) auréola equimótica.
- e) orifício de entrada com diâmetro menor que do projétil.

70. A sufocação indireta ocorre em razão:

- a) do enclausuramento em espaço fechado.
- b) da obstrução das vias respiratórias por meio sólido ou empoeirado.
- c) da oclusão dos orifícios externos respiratórios.
- d) da compressão do tórax ou do tórax e abdome, impedindo os movimentos respiratórios.
- e) da oclusão das vias respiratórias.

CRIMINALÍSTICA

Paulo Bylinskyj

71. Assinale a alternativa correta.

- a) A Criminalística não se relaciona com todas as ciências.
- b) A Criminalística não é necessária nas investigações policiais.
- c) A Criminalística estuda as circunstâncias do crime cometido.
- d) O exame de local de crime não revela vestígio.
- e) A Criminalística se relaciona com todas as ciências, exceto com Medicina Legal.

72. Assinale a única alternativa INCORRETA acerca dos princípios da Criminalística.

- a) Princípio da Observação: Em locais de crime nem sempre é fácil a detecção de vestígios, sem contar que em muitos casos os próprios autores produzem alterações consideráveis na cena, exatamente, para dificultar o trabalho do perito.
- b) Princípio da Análise: “A análise pericial deve sempre seguir o método científico”.
- c) Princípio da Interpretação: as conclusões de uma perícia criminalística são independentes dos meios utilizados para alcançá-las: utilizando-se os meios adequados para se concluir a respeito do fenômeno criminalístico, esta conclusão, quando forem reproduzidos os exames, será constante e independente de se haver utilizados meios mais rápidos, mais precisos, mais modernos ou não.
- d) Princípio da Descrição: os resultados dos exames periciais devem ser descritos sempre de forma clara, racionalmente dispostos e bem fundamentados em princípios científicos buscando sempre uma linguagem técnica e juridicamente perfeita.
- e) Princípio da Documentação: este princípio é baseado na Cadeia de Custódia da prova material.

73. A Criminalística versa pela análise de vestígios materiais extrínsecos relativos ao local periciado. Acerca desta disciplina é incorreto afirmar que:

- a) É reconhecidamente regida por leis, métodos e princípios próprios, com plena independência das demais.
- b) É uma área da ciência forense que envolve a coleta e análise de evidências físicas geradas por atividades criminais
- c) A Criminalística tem por finalidade a individualização e a identificação dos vestígios materiais relacionados aos delitos em geral.
- d) Todos os vestígios encontrados nos locais de crime são objeto da Criminalística, sejam eles suspeitos ou não.
- e) Juan Vucetich é considerado o pai da Criminalística.

74. Constitui fase INTERNA da cadeia de custódia:

- a) busca do vestígio.
- b) recepção e conferência do vestígio.
- c) fixação do vestígio.
- d) acondicionamento do vestígio.
- e) reconhecimento do vestígio.

75. São partes integrantes do PARECER MÉDICO-LEGAL, EXCETO:

- a) preâmbulo.
- b) exposição dos motivos.
- c) discussão.
- d) conclusão.
- e) descrição.

CRIMINOLOGIA

Flávio Milhomem

76. Sobre as características da Criminologia enquanto ciência, assinale a alternativa correta

- a) A Criminologia se vale do método lógico-dedutivo, na medida em que parte dos princípios gerais do direito para só então aplicar conclusões de forma generalizada em casos concretos.
- b) Os objetos de estudo da Criminologia atual são a vítima, o controle social, a pena e o crime.
- c) Uma das características que mais se destaca na moderna Criminologia é a progressiva ampliação e problematização do seu objeto.
- d) Para a Criminologia moderna, o crime é um problema puramente filosófico.
- e) A criminologia caracteriza-se por ser uma ciência normativa e unidisciplinar.

77. O dogmatismo puro e ascético, o idealismo jurídico e a percepção do Direito como fundamento no próprio Direito vêm pautando toda a Política legislativa, sem qualquer preocupação de se produzir uma Ciência Penal, amparada na Criminologia e calcada em uma Política Criminal minimamente racional (Criminologia. MORAES, Alexandre Rocha Almeida; NETO, Ricardo Ferracini. Juspodivm, 2019).

A respeito do tema, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I A criminologia deve se incumbir de fornecer o substrato empírico do sistema, seu fundamento científico.

II O Direito Penal deve se encarregar de converter em proposições jurídicas, gerais e obrigatórias, o saber criminológico esgrimido pela Política Criminal.

III A política criminal deve se incumbir de transformar a experiência criminológica em opções e estratégias concretas assumíveis pelo legislador e pelos poderes públicos

IV A criminologia constitui a sistematização de estratégias, táticas e meios de controle social da criminalidade, com o propósito de sugerir e orientar reformas na legislação positivada.

V A criminologia, a política criminal e o Direito Penal são três pilares do sistema das ciências criminais, inseparáveis e interdependentes.

- a) Estão corretas todas as assertivas
- b) Está correta apenas 1 das assertivas
- c) Estão corretas 2 assertivas
- d) Estão corretas 4 assertivas

78. O controle social compreende o conjunto de instituições, estratégias e sanções (legais e/ou sociais), cuja função é promover e garantir a submissão do indivíduo aos modelos e normas sociais. Ele é composto de numerosos sistemas normativos (a ética, o Direito civil, o Direito trabalhista etc.), diversos órgãos ou agentes (a família, a igreja, os partidos políticos, os sindicatos, a Justiça etc.), variadas estratégias de atuação ou respostas (repressão, prevenção, ressocialização etc.), diferentes modalidades de consequências (positivas e negativas); e particulares destinatários (estratos sociais desfavorecidos, estratos sociais privilegiados, criminoso potencial, proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I São agentes do controle social informal a família, a escola, a profissão e a opinião pública.

II Exercem o controle social formal a polícia, a justiça penal e a administração penitenciária.

III O controle social de primeira seleção é exercido pelo Ministério Público, com o ajuizamento da ação penal.

IV O controle social de terceira seleção decorre do processo judicial.

V O controle social formal de primeira seleção representa a atuação dos órgãos de repressão policial.

- a) Estão corretas todas as assertivas
- b) Está correta apenas 1 das assertivas
- c) Estão corretas 2 assertivas
- d) Estão corretas 4 assertivas
- e) Estão incorretas todas as assertivas

79. Assinale a alternativa correta sobre os modelos de reação do delito, levando em consideração o sistema de justiça criminal brasileiro e o papel da polícia judiciária.

- a) Os protagonistas do modelo restaurador de reação do delito são o Estado e o delinquente, restando excluídos a vítima e a sociedade.
- b) A Lei 9.099/95 foi considerada um significativo avanço no aprimoramento e implementação de medidas ligadas aos modelos ressocializador e restaurador, uma vez que prevê a possibilidade de aplicação de medidas restritivas alternativas à prisão, a fim de reduzir o encarceramento, bem como admite a conciliação e reparação do dano.
- c) O modelo restaurador de reação ao delito impõe que o ponto central do sistema de justiça deve ser a reinserção do condenado a fim de que a pena tenha uma utilidade social, qual seja, recuperar o criminoso.
- d) A Lei de Drogas (Lei 11.343/06) prevê a possibilidade da justiça terapêutica, que consiste na aplicação de tratamento ao usuário de drogas, visando sua recuperação, afastando o modelo de aplicação de pena privativa de liberdade. Tal medida é decorrente do modelo dissuasório de reação ao crime.

80. A criminalidade eclode no colapso entre a estrutura social e a estrutura cultural, ou seja, enquanto os objetivos e as capacidades culturais determinam que as pessoas busquem os mesmos fins por meios legítimos, a conjuntura social divide desigualmente as oportunidades, impossibilitando que os cidadãos se orientem para alcançar os interesses, valores, propósitos ou fins estabelecidos aos membros da sociedade, fomentando a prática de condutas contrárias ao ordenamento jurídico. O texto acima faz referência a teoria desenvolvida em qual escola sociológica?

- a) Teoria da Associação Diferencial.
- b) Escola de Chicago.
- c) Teorias da Anomia.
- d) Teoria do Labelling Approach.
- e) Teoria da Subcultura Delinquente.

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Delta-PC-PB-04-12>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
